

# Opinião MCM

Edição 9 – quinta-feira, 4 de março de 2021

## A herança e o ralo

Com a decisiva ajuda do auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade, do benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda, do auxílio financeiro a estados e municípios, dos fundos garantidores de crédito, da política monetária “extraordinariamente” expansionista e demais medidas adotadas pelo governo, o PIB do Brasil caiu “apenas” 4,1% no ano passado.

Apesar de dramática, especialmente para os setores da economia e famílias mais afetados pela crise, tal queda não deixou de representar uma surpresa favorável, tanto em comparação com a trajetória das projeções da pesquisa Focus, que no momento de maior pessimismo estimavam contração do PIB ao redor de 6,6%, como em comparação com o desempenho de outros países da América Latina, que adotaram políticas anticíclicas mais comedidas. No Chile e na Colômbia, por exemplo, o PIB caiu entre 6% e 7% em 2020. No México, a queda foi superior a 8%. Já na Argentina e no Peru, as quedas foram superiores a 10% no mesmo período.

Além disso, a forte recuperação do produto no segundo semestre do ano passado deixou para este ano uma expressiva herança estatística, que em princípio, “garante” crescimento do PIB em 2021 de 3,6%. No entanto, como destacado no **MCM Online** a respeito do PIB no 4T20, a relevante deterioração da situação do país, especialmente nas últimas semanas, indica que parte dessa herança pode acabar sendo jogada no ralo.

Em primeiro lugar, há o rápido e intenso recrudescimento da pandemia, provocando grande aumento dos casos de contaminação e mortes, colapso da infraestrutura hospitalar, adoção de medidas de isolamento social em todo o país, queda da confiança e, conseqüentemente, perspectivas de enfraquecimento da atividade econômica.

Em segundo lugar, há o lento avanço da vacinação. Muito embora o cronograma do Ministério da Saúde tenha sido cumprido em fevereiro, o percentual da população já vacinada permanece muito pequeno. Adicionalmente, também de acordo com o cronograma do Ministério, o ritmo de vacinação deverá ter uma grande aceleração em março, abril, maio e junho, e por ora, não existem sinais claros de que isso efetivamente ocorrerá. Por conta disso, os riscos de paralisação (ou semi-paralisação) da atividade em diversos setores por um longo período (ou vários períodos) estão aumentando.

Em terceiro lugar, há a deterioração das condições financeiras, provocada tanto por Bolsonaro, que tem se esmerado em eliminar qualquer ilusão que agentes econômicos ainda poderiam ter a respeito do seu suposto apoio à economia de mercado, como por inúmeros atores políticos do Executivo e do Legislativo, que continuam a resistir à construção de um arcabouço de regras que permitam um controle um pouco mais efetivo das desbalanceadas contas fiscais e do elevadíssimo endividamento público.

Dessa forma, a despeito da perspectiva de adoção de novas medidas anticíclicas, incluindo o novo auxílio emergencial, é crescente o risco de que a atividade econômica recue no primeiro semestre e não tenha forças para reagir significativamente no segundo.



**Produzido pela MCM Consultores Associados exclusivamente para clientes. 2021. Reprodução Proibida.**

Tel: (011) 4380-7700. Site: [mcmconsultores.com.br](http://mcmconsultores.com.br) e-mail: [economia@mcmconsultores.com.br](mailto:economia@mcmconsultores.com.br)